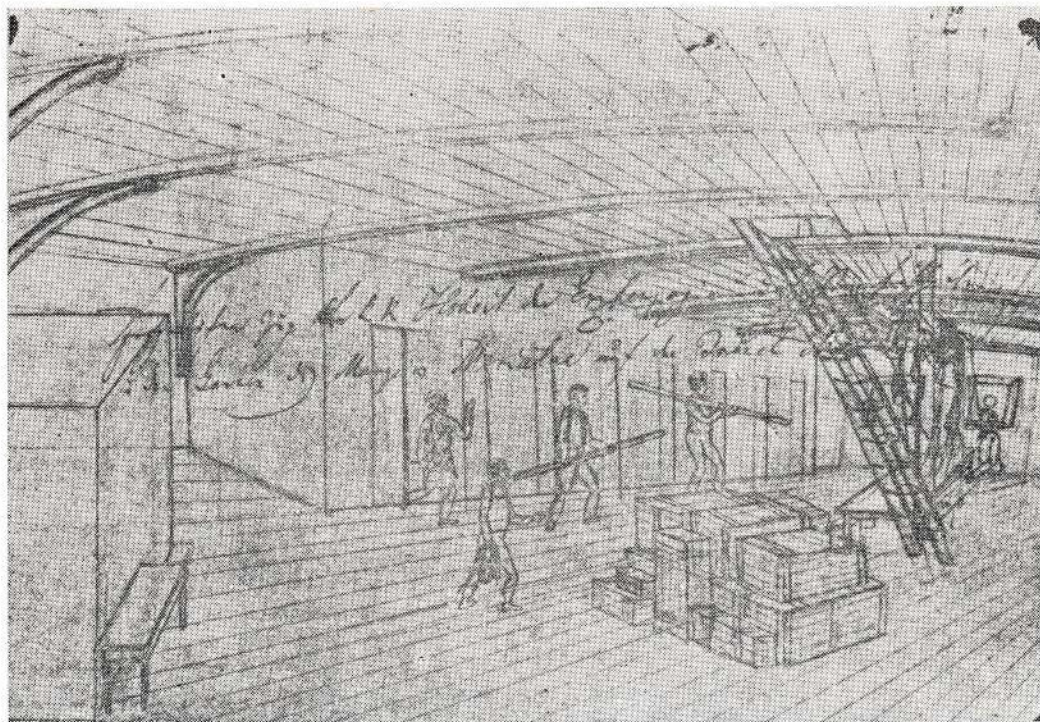




Aspecto do interior da Nau D. João VI. In: SMITH e FERREZ, op. cit., p. 53 e 79.

## A TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

LUÍS CLÁUDIO PEREIRA LEIVAS

Sociólogo — Perito Fundiário

LEVY SCAVARDA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref<sup>o</sup>)

NOTA: O presente trabalho faz parte do II Volume da História da Intendência da Marinha, cuja publicação foi suspensa pela morte de nosso colaborador, o dedicado e estudioso CMG LEVY SCAVARDA e pela extinção da Diretoria de Intendência da Marinha.

Pretendemos publicá-la, capítulo a capítulo, nos números do NAVIGATOR, reunindo-a, posteriormente, em um só volume, incorporando inclusive as observações dos leitores, que antecipadamente agradecemos.

Em seguida ao capítulo final, virá a bibliografia, e se possível, um índice onomástico e toponímico da obra.

Com isto, pretendemos também homenagear nosso companheiro de trabalho, o CMG LEVY SCAVARDA, que não pôde vê-lo concluído, mas que dedicou uma vida inteira à Marinha e às tradições navais.

LUÍS CLÁUDIO PEREIRA LEIVAS

## Preliminares da Transmigração

### A REVOLUÇÃO FRANCESA

#### *As Reações Iniciais*

A Revolução Francesa marcou profundamente o panorama político da Europa, ainda mais, no caso da Península Ibérica, pelas ligações entre os Bourbons de França, Nápoles e Espanha. Na primeira fase, a reforma dos abusos do Antigo Regime e a expressão das liberdades e direitos apreçados pelos filósofos do século XVIII encontram mesmo o apoio e elogio de diversos homens públicos europeus.

O Embaixador Português em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho, na sua correspondência com o Ministro Luís Pinto de Sousa, chegou a elogiar os acontecimentos de 1789, inclusive propondo que a descentralização administrativa através das assembleias provinciais, as reformas na justiça, novos códigos, processos de rito público, assegurando ampla defesa e restrição ao número e comportamento dos magistrados, fosse estendida ao Reino de Portugal. Ao Gabinete português, "... a Revolução nos primeiros tempos, longe de assombrar e ter por inimigas as velhas monarquias, mais parecia pois na sua empresa demolidora ser digna de louvor e imitação."<sup>1</sup>

Segundo o embaixador português, sobre as causas e efeitos da Revolução, "... não se teria ela realizado se as concessões feitas, forçadamente agora ao povo, se tivessem há mais tempo espontaneamente verificado, e que o não haver adotado esse partido, se devia aos maus conselhos das pessoas, que cercavam o Rei."<sup>2</sup>

Também na Inglaterra, vozes houve simpáticas às idéias revolucionárias, destacando-se Fox, na Câmara dos Comuns, o poeta Wordsworth, alguns cientistas, e os clubes e sociedades radicais, mantendo inclusive correspondência com a Assembléia Nacional e a Convenção.<sup>3</sup>

A Espanha, mergulhada nas tradições ibéricas de conservantismo e absolutismo real, ligada à França pelas relações de família, considerou-se diretamente atingida pelos acontecimentos e numa Cédula Real de 21 de novembro de 1789 mandava expulsar de Madri "... todos os forasteiros que ali não vivessem de morada ou não tivessem conhecida profissão. Dos estrangeiros ape-

nas se permitia o demorarem-se na Corte aos que viessem incluídos em autênticas relações dos seus Ministros ou Embaixadores, nas quais estaria designado o tempo que pretendiam estanciar na Capital." Uma série de medidas restritivas foi também tomada, a fim de evitar a penetração das idéias revolucionárias no país.<sup>4</sup>

A marcha da revolução iniciou um processo de alienação das simpatias liberais. O Governo português encetou uma série de providências repressivas, instigadas pelo Intendente de Polícia Pina Manique, sempre às turras com pretensos maçons ou sociedades libertárias. Conspirações dos emigrados, as pressões de Espanha e Nápoles e a Declaração de Pillnitz, de 27 de agosto de 1791 com seu caráter ameaçador, em nada contribuíam para apaziguar os franceses, que mais e mais se consideravam cercados por potências inimigas.<sup>5</sup>

As manobras do Gabinete espanhol começaram a prejudicar as relações existentes entre a França Revolucionária e Portugal. A diplomacia lusa passava a sofrer a hegemonia de seu vizinho, sendo opinião do Ministro português dos Negócios Estrangeiros, em Ofício de 27 de outubro de 1791 ao embaixador em Madri, que "... achava tantas e tão manifestas contradições (na política da Espanha) que se não pode fazer um justo conceito do verdadeiro sistema dessa corte, e muito menos me posso convencer de que ela tenha negociado com aquela abertura e franqueza, que as circunstâncias requeriam, pois que todas as transações que até agora se têm passado entre ela e o Imperador, me parecem escuras e misteriosas, e o que se colhe de tudo isso é que o Ministério espanhol nos pretende fazer girar à roda do seu turbilhão, qualquer partido que lhe pareça conveniente adotar."<sup>6</sup>

#### *A Invasão da França*

Em 1792, a Assembléia Nacional da França declarou guerra ao Rei da Hungria e Boêmia, invadindo os Países Baixos Austríacos. A Prússia e a Sardenha aderiram àquele monarca e o Duque de Brunswick atacou o território gaulês, acrescentando ao ato a característica de ultimato de seu Manifesto de 26 de julho.

A 10 de agosto de 1792, o povo de Paris atacou as Tulherias, e Luís XVI, obrigado a refugiar-se na Assembléia, teve suas



Um navio típico da Marinha Britânica, do período das Guerras da Revolução e Império: *H. M. S. Foudroyant*.

Participou de operações no Brasil, inclusive servindo de Capitânia ao Almirante Sir Sidney Smith. Lançado ao mar em Plymouth, em 1798 e destruído por uma tempestade em Blackpool, 1897. Armado com 80 peças, 2055 toneladas.

Foto: The Navy Department-Ministry of Defense-England.

funções constitucionais suspensas. A 20 de setembro, os príncipes aliados foram derrotados em Valmy, passando a iniciativa à França Revolucionária; no dia seguinte proclamava-se a República Francesa, já sob o regime de Convenção Nacional, estendendo-se as operações vitoriosas dos exércitos gauleses à Savóia; ao Condado de Nizza; às Cidades de Spira, Worms, Mainz e Frankfurt; e aos Países Baixos, com a tomada de Antuérpia em 28 de novembro.<sup>7</sup>

A presença destas tropas nos Países Baixos aumentou a inquietação britânica. Em 31 de dezembro de 1792, o Secretário do Exterior inglês, Lorde Grenville, assim definiu a política de seu governo:

"A Inglaterra nunca consentirá que a França se arrogue o poder de anular a seu talante, pretextando um direito natural de que se faz o único juiz, o sistema político estabelecido em tratados solenes e garantido pelo consenso de todas as Potências. Este governo, aderindo às máximas que tem seguido por mais de um século, nunca verá com indiferença a França tornar-se, direta ou indiretamente, senhora dos Países Baixos, ou árbitro geral dos direitos e liberdade da Europa. Se a França estiver realmente desejosa de manter a paz e a amizade com a Inglaterra, precisará mostrar-se disposta a renunciar a suas intenções de agressão e engrandecimento, e confirmar-se dentro dos limites de seu próprio território, sem insultar outros governos, sem perturbar sua tranquilidade, sem violar seus direitos."<sup>8</sup>

#### *Espanha e Inglaterra*

Na Espanha, o Ministro D. Manuel Godoy procurava continuar as negociações entabuladas por seu antecessor, o Conde de Aranda, com a França Revolucionária, tentando salvar através de concessões a vida de Luís XVI. Em 28 de dezembro, estando já condenado à morte, o cônsul espanhol em Paris dirigiu uma carta à Convenção, apelando em favor da pessoa do monarca "... e oferecendo a troca da clemência todas as condições que honrosamente se pudesse outorgar." A proposta foi recusada, rompendo-se praticamente as relações franco-espanholas.<sup>9</sup>

A Inglaterra tinha suas preocupações aumentadas pela ocupação francesa dos Países Baixos, e abertura do Escalda ao comércio internacional. Foi convocado o

Parlamento, para definir-se a atitude a assumir com a República. Para esta, não era interessante a abertura de novo flanco, ameaçada que já estava pela pressão espanhola e pela invasão austro-prussiana, ao Norte, de forma que solicitou a manutenção da neutralidade britânica.

A execução de Luís XVI, a 21 de janeiro de 1793, precipitou os acontecimentos; três dias mais tarde, o embaixador francês foi intimado a deixar a Inglaterra. Em 31 de janeiro, a Convenção decretou a anexação dos Países Baixos Austríacos à República Francesa, e no dia seguinte declarou guerra à Grã-Bretanha e Holanda, na convicção de serem verdadeiras as afirmações do embaixador francês em Londres, Marquês de Chauvelin, de que "... os ingleses apenas esperavam o chamado da França para romper os laços da Tirania."<sup>10</sup>

#### SITUAÇÃO DE PORTUGAL EM 1792

##### *O Príncipe Regente*

Em 10 de fevereiro de 1792, a loucura da Rainha D. Maria I obrigou a que D. João se tornasse regente, com a natural crise sucessória. A 10 de maio, faleceu o embaixador português em Paris em época bem delicada para as relações entre os dois países. Pior ainda, o cargo permaneceria vago, implicando desconsideração ao Governo Revolucionário e agravando a situação diplomática por falta de representantes hábeis e credenciados.<sup>11</sup>

##### *Evolução das Coligações*

O jogo diplomático reservava muitas dificuldades à Monarquia Lusa. Presa à Espanha pelos tratados de 1777-1778, poderia ser arrastada a uma guerra contra a República Francesa, como aliás advertiam os seus dignitários. A Espanha, porém, não era um aliado em que se confiasse, ainda mais pelas disputas que até aqueles anos envenenaram as relações entre Madri e Lisboa sobre as Colônias da América e suas fronteiras.

A Inglaterra exercia pressões de outro tipo. Indecisa entre uma estratégia continental e outra marítima, dedicou-se nos primeiros anos da guerra a expedições coloniais e conquista de pontos de apoio. Em janeiro e fevereiro de 1793, fez com que Portugal aparelhasse oito navios, seis fra-

gatas, quatro cúteres e vasos menores para a proteção do litoral, e tomasse medidas de defesa. Essas notícias foram interpretadas na França como atitudes hostis por parte do Governo Português, acreditando-se que estas forças iriam reunir-se à esquadra inglesa no Mediterrâneo, em operações contra a Convenção.<sup>12</sup>

A 7 de março de 1793, a França declarou guerra à Espanha, que procurou aliança com a Inglaterra; teve como resposta que para tal seria indispensável a assinatura de um tratado de comércio favorável a si e abrangendo as colônias castelhanas, penetrando por meios pacíficos no monopólio comercial espanhol.<sup>13</sup>

Ao mesmo tempo, fazia a Corte de Madri gestões junto a Lisboa para uma ação ofensiva comum. A 13 de março de 1793, o Ministro Luís Pinto de Sousa ponderava a D. Diogo de Noronha, embaixador português em Madri, que "... não obstante as suas atrocidades domésticas, nos não tem dado (a França) até o presente motivo plausível de ruptura... e nos declararia formalmente a guerra logo que lhe constasse que Portugal entrava em uma liga geral contra ela sem provocação de sua parte."<sup>14</sup> Comentando a posição inglesa, a 17 de março o mesmo ministro dizia a D. João de Almeida, enviado português em Londres: "Observarei agora confidencialmente a V. S<sup>a</sup> que a marcha que o ministério inglês se propõe a seguir a respeito da Espanha é exatamente a mesma que intenta prosseguir com Portugal. Não duvida a Corte de Londres que este reino se veja obrigado pela sua aliança e pelos seus conselhos a reunir-se em uma liga comum contra a França, e logo que o achar empenhado em uma guerra e inteiramente *sujeito à sua proteção, então cairá sobre nós* com o peso dos seus antigos e pretendidos gravames e obrigar-nos-á a um novo tratado do comércio, que será *bem funesto a esta monarquia*. Tais são as injustiças de que Mr. Walpole vem munido e de que aqui temos hoje uma completa notícia" (grifos do ministro).<sup>15</sup>

No meio de tal confusão, a fim de contestar ambos os lados, as fronteiras portuguesas foram fechadas para evitar a entrada de emigrados realistas franceses e o Governo Luso recusou-se a receber o cônsul enviado pela Convenção até que a República Francesa fosse reconhecida pela Inglaterra e Espanha. Nesse mesmo ano, a Con-

venção armou em Brest, por via indireta, através do clube *Cercle Social*, o Brigue *Le Diligent*, sob o comando do Capitão



D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, renovador da Marinha Portuguesa e criador da Esquadra da América. Acervo do SDGM.

Aristide Aubert Du Petit-Thouars, a pretexto de efetuar buscas da perdida expedição de La Pérouse, mas com o objetivo, afirmava-se, de reconhecer a costa do Brasil. Essa missão fracassou, pois o brigue foi capturado junto a Fernando de Noronha, embora reforçasse os temores portugueses de operações ofensivas contra o Brasil e especialmente o comércio marítimo, pelos navios franceses.<sup>16</sup>

#### *Aproximação Luso-Britânica*

Pretendeu o Gabinete português conseguir reforços navais para suas forças na América, através da *Royal Navy*, considerando o Domínio do Mar a melhor medida de defesa nas circunstâncias em que se achava o Brasil. Parecia mais fácil atacar o inimigo no mar que em terra, pois seria embaraçado pelos transportes e material de desembarque, além de estarem sempre expostas suas linhas de abastecimento marítimo.

Preocupando-se com o conflito europeu, não permitiam as ações dos corsários de Argel e Túnis, que Portugal esmorecesse a vigilância na área de Gibraltar, pela ameaça que representavam, esquivando-se e constante, às suas embarcações de guerra e mercantes.

Neste aspecto romanesco da História Naval, as grandes potências impunham o seu poderio através de tratados ou operações militares, mas as nações menores, como Portugal e os Estados Unidos, sofriam depredações e assaltos; a Esquadra Lusa do Estreito, policiando Gibraltar e proximidades, permitia o tráfego dos navios portugueses, representando elemento primordial para a sobrevivência econômica do Reino. Composta de uma nau, quatro fragatas, um cúter e um bergantim, estava sob o comando do Chefe-de-Divisão Pedro de Mariz de Sousa Sarmento e por ordem do Ministro da Marinha Martinho de Melo e Castro, de 2 de março de 1793, foi mandada reunir à britânica do Mediterrâneo, a quem obedeceria desde que "... não ficassem desamparadas de proteção as costas de Portugal contra os corsários de Túnis e Argel."<sup>17</sup>

Uma outra divisão foi constituída, com seis naus, duas fragatas, e dois bergantins, sob o comando do Tenente-General do Mar, Bernardo Ramires Esquivel, para reunir-se à Esquadra Inglesa do Canal da Mancha; ficariam em reserva no Reino duas naus, três fragatas e quatro bergantins. Essa divisão partiu para Portsmouth a 5 de julho de 1793, sob o comando de José Sanches de Brito, com quatro naus e duas fragatas, incorporando-se à esquadra de 31 naus, sete fragatas, um navio-hospital e três brulotes, comandada por Lord Howe. Retornou a Portugal, aportando a Lisboa a 2 de outubro do mesmo ano, pelas epidemias sofridas.<sup>18</sup>

Com tais medidas, tomadas com sacrifício, procuravam os lusos não só o apoio militar, mas a pressão diplomática britânica contra a Espanha, que embora aliada teórica, representava pelos choques do passado e contigüidade terrestre, um problema maior que os próprios exércitos da Convenção.

#### *As Reformas Navais de Melo e Castro*

Outra forma de aproximação com a Inglaterra, foi a contratação de oficiais bri-

tânicos para os quadros da oficialidade naval. Em 18 de março de 1793, dizia Martinho de Melo e Castro a Luís Pinto de Sousa "... que ainda que os comandantes e oficiais da esquadra maior, que Sua Alteza destina para se unir a uma das Grã-Bretanha, tenham todo o conhecimento do governo, manobras e direção dos seus respectivos navios, falta-lhes o uso e a prática das manobras e disciplina da guerra do mar, principalmente dos movimentos da artilharia a bordo."

Foram contratados oficiais, com vantagens de acesso e melhores salários que os próprios portugueses, sendo licenciados do Serviço Naval Inglês enquanto servissem a Portugal, conservando-lhes S. M. Britânica "... a metade dos soldos que percebiam na Inglaterra." Passaram a servir na Marinha Portuguesa:

- 1) Capitães-de-Fragata:  
John Douglas, Simpson Mitchells, Collis Horsford, Thomas Stone e Phillip Hancorn;
- 2) Capitães-Tenentes:  
James Bunce e Samuel Wyckam;
- 3) Capitães-de-Mar-e-Guerra:  
John Dilkes, Donald Campbell e Edward Roe;
- 4) Tenentes-do-Mar ou Primeiros-Tenentes:  
Matthew Welsh, John Guyon, Joseph Martins, Thomas Parry, John Macklin, Crawford Duncan, Isaac Smith, James Allen e Palmer;
- 5) Chefe-de-Divisão:  
Capitão Warren, como Major-General, ou Chefe do Estado-Maior.<sup>19</sup>

Diversas medidas foram tomadas, reparando-se embarcações e reformulando-se a Fazenda Naval, através do Alvará de 3 de junho de 1793, extinguindo o cargo de Provedor dos Armazéns e criando o de Intendente.<sup>20</sup> Não seria possível a manutenção do Comércio Ultramarino, nem a defesa da costa, sem que a esquadra possuísse condições operativas, e em especial provisionamento e manutenção estruturados.

#### GUERRA COM A FRANÇA

##### *O Corso Gaulês*

Aproveitando a confusão e pretextando os movimentos navais e ações lusas, na-

vios de guerra e corsários franceses iniciaram suas operações e em junho de 1793 o Bergantim *Nossa Senhora da Conceição Soberal*, comandado por Antônio José Pinto, foi capturado pelo Corsário *Espérance* e logo represado pela Fragata inglesa *Druid*.<sup>21</sup>

A Inglaterra, por sua vez, solicitou o apoio essencialmente logístico de Portugal, servindo este de base às esquadras bloqueando os portos e em operações contra a França. Para a Administração Portuguesa, o fim último da Inglaterra era assenhorear-se dos Impérios Coloniais de oponentes ou aliados conquistados, graças à sua esmagadora superioridade naval; para compensar esse risco solicitavam os lusos que a *Royal Navy* bloqueasse a frota francesa e cooperasse na defesa do Ultramar. Afinal, a 15 de julho de 1793, Portugal assinou Tratado de Aliança com a Corte de Madri e a 26 de setembro, com a Inglaterra, obrigando-se a enviar um Corpo Expedicionário à Espanha, para colaborar na ofensiva que seria lançada contra o Roussillon.<sup>22</sup>



O Almirante Sir William Sidney Smith, conforme gravura publicada por Henry Colburn.

In: BRENTON, Edward Pelham. *The Naval History of Great Britain from the year MDCCCLXXXIII to MDCCCXXXVI*.

Henry Colburn pub. London. 2 ed. 1837. v. 1. p. 490-1.

### *Campanha do Roussillon*

A expedição partiu do Tejo a 20 de setembro de 1793, chegando ao Porto das Rosas a 10 de dezembro, com vários problemas, em especial de abastecimento, fazendo junção com as tropas espanholas sob o comando do Tenente-General D. Antônio Ricardos y Carrillo; nela figurava o futuro Intendente da Marinha no Rio de Janeiro José Caetano de Lima, comandando a Nau *Bonsucesso*.<sup>23</sup>

Iniciadas as operações, os vícios da Administração Militar Espanhola vieram à tona, conforme se vê na correspondência do Marechal Forbes, comandante da Divisão Portuguesa, logo após o desembarque. Após combates de variado sucesso, o Gabinete Espanhol começou a avaliar os resultados obtidos, se valeram a campanha. Enquanto a Convenção lutava em várias frentes, o Sul da França recebera poucos recursos, constituindo uma frente secundária. À medida porém que os exércitos franceses passavam à ofensiva no Norte, melhorando suas posições, chegavam mais e mais reforços fornecidos pela mobilização nacional ao teatro do Roussillon.

Em abril e maio de 1794, ofensivas francesas romperam a frente, obrigando os luso-espanhóis a uma desastrosa retirada. Frise-se que Portugal, até então, não recebera uma declaração formal de guerra, estando os dois países de relações cortadas, pela morte do embaixador português em Paris e expulsão do emissário da Convenção do território luso.<sup>24</sup>

### *Modificação das Alianças*

A guerra também pesava para a República Francesa. O sobressalto causado pela queda de Robespierre, a 27 de julho de 1794, propiciou negociações diplomáticas.

A 22 de julho de 1795, a Convenção e a Espanha celebraram o Tratado de Basiléia, devolvendo-se os prisioneiros, reatando-se relações com a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, evacuando-se as fronteiras e passando a parte espanhola de São Domingos à França. Esta aceitava a Espanha como mediadora com Portugal ou quaisquer outras nações beligerantes que o desejassem. Desta forma, a Espanha abandonava Portugal, que se via ainda em hostilidade com a França.<sup>25</sup>

A 10 e 11 de dezembro de 1795, aportavam a Lisboa os transportes que conduziam de volta a Divisão Auxiliar Lusa, encerrando a participação de Portugal na Campanha do Roussillon.<sup>26</sup>

## O MINISTÉRIO SOUZA COUTINHO

### *O Futuro Conde de Linhares*

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho do diplomata D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, nasceu em Chaves, a 3 de agosto de 1755, tendo como seu padrinho de batismo o Marquês de Pombal. Através dos anos, cursou a Universidade de Coimbra e ingressou em 1778 na vida pública, nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Coroa Portuguesa na Corte da Sardenha. Pelo Decreto de 7 de setembro de 1796, foi nomeado Ministro e Secretário da Marinha e Ultramar.<sup>27</sup> Caber-lhe-ia dirigir a pasta durante as relações com o Diretório e com a França Napoleônica, até 1801.

### *Aliança Franco-espanhola*

Celebrada a Paz de Basiléia, Portugal fez gestões diplomáticas junto a França, recebendo, como resposta, que esta se considerava em guerra consigo, tendo ordenado o corso aos navios que vinham do Brasil.<sup>28</sup>

A Espanha, por sua vez, entregue às maquinacões de D. Manuel Godoy, deslocava-se pouco a pouco para uma aliança com o inimigo. A Inglaterra, que evacuara Toulon em 1793, via crescer a importância de Gibraltar e de Portugal, como pontos de apoio e bases para suas esquadras.

A 18 de agosto de 1796, a Espanha assinou com a França um tratado de aliança contra a Inglaterra, o que, somando-se a uma revolta da Córsega contra os britânicos, levou a que fosse ordenada a evacuação do Mediterrâneo pelo Almirantado, em dezembro do mesmo ano.<sup>29</sup>

Como decorrência, buscou a diplomacia de Madri conseguir o alinhamento de Portugal à sua política, fechando aos britânicos o complexo sistema de provisionamento e manutenção navais que era a Costa Portuguesa, onde Lisboa serviria de base à esquadra de Sir John Jervis. Em 1797, a Esquadra Espanhola partiu de

Cartagena, com destino a Cádiz, tendo como objetivos junção e cooperação com os franceses, e assegurar a passagem de valioso comboio de mercúrio, vindo das minas de Almaden. Em brilhante ação, foi interceptada e derrotada por Jervis a 14 de fevereiro, ao largo de São Vicente, destacando-se a figura de Nélson, no combate.<sup>30</sup>

Nesse mesmo ano de 1797, Antônio de Araújo de Azevedo, então exercendo o cargo de representante português em Haia, foi encarregado pela Corte de Lisboa de procurar fazer a paz com a França.<sup>31</sup> A 10 de agosto, o tratado foi assinado, mas a cedência de parte do Amapá; a vultuosa indenização a ser paga à França; a exigência da entrada das naus de guerra em Lisboa, em número maior que as dos britânicos; e a própria pressão destes, ameaçando ocupar a Barra do Tejo, se fosse ratificado pelo Governo Português, impediram recebesse a aprovação do Príncipe Regente, pois a Esquadra Britânica, vencedora também dos holandeses em Camperdown, representava importante fator de dissuasão na Política Peninsular.<sup>32</sup>

### *As Reformas Navais de D. Rodrigo*

Nem bem assumira seu cargo, sua primeira preocupação foi separar a parte militar daquela fazendária de Marinha, através das Cartas Régias, Ordens e Alvarás de 26 de outubro e 22 de novembro de 1796; de 7 de janeiro, 22 de fevereiro e 27 de setembro de 1797, bem como, no caso do Brasil, criando pelo Alvará de 12 de agosto de 1797, o cargo de Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em cada um dos Arsenais das Capitanias da América.<sup>33</sup>

Dentre os aspectos operativos, ordenou a partida da Esquadra da América, comandada por Antônio Januário do Vale, não só por considerar indispensável à defesa do Brasil a presença de uma grande força naval, mas para disciplinar e fazer praticar as equipagens. Essa esquadra tinha como objetivo a patrulha ou cruzeiro de Pernambuco até além do Rio Grande, recebendo as autoridades do Brasil instruções claras e precisas para com ela cooperar.<sup>34</sup>

A coincidência de todas as datas, em especial a dos Alvarás de Fazenda das Esquadras, com as instruções para essa força

naval, permitem-nos admitir a existência de uma concepção global nos planos do Ministro, em que uma das constantes seria a proteção ao comércio do Ultramar, através do soerguimento dos meios flutuantes, reorganização do provisionamento e manutenção, e o treinamento constante das equipagens.

A luta do Secretário da Marinha para a reforma da Fazenda Naval, fazendo respeitar a lei, ferindo privilégios, filhos da política dos cargos hereditários ou adquiridos, criou-lhe vastas inimizades. O Marquês de Ponte de Lima, Presidente do Real Erário, "... chegava a negar a entrega dos fundos orçamentais para as despesas ocorrentes com os serviços navais", obrigando a intervenção direta do Príncipe D. João, para evitar graves danos ao Patrimônio Naval.<sup>35</sup>

Desde a utilização dos rios, preservação das madeiras e organização de diretrizes que servissem de suporte econômico à sua pasta e ao Ultramar, tudo foi abordado pelo irrequieto Secretário. Verdadeiro universalista, procurava a solução dos problemas através de alternativas globais, geralmente incompreendidas por seus pares.<sup>36</sup>

Pelos Alvarás de 20 de janeiro e 20 de dezembro de 1798, criaram-se, respectivamente, o Serviço do Correio Marítimo e a Real Sociedade Marítima Militar e Geográfica, efetivando as comunicações com as colônias dentro de uma perspectiva imperial ultramarina e fornecendo a base teórica e de estudos para a hidrografia e náutica da Marinha Militar e Mercante Lusa.<sup>37</sup>

Em 12 de janeiro de 1800, nova crise atingiu a Secretaria da Marinha, por ordenar o Príncipe Regente a suspensão das obras em andamento. O Ministro, por sua conta, mandou continuar aquelas do Arsenal e Cordoaria, não só pela sua importância, mas pela revolta do povo e artífices de Lisboa, "... irritados ao último ponto, vendo que no meio do mais rigoroso inverno se lhes tirava de repente a subsistência, suspendendo-se as obras ...". Estalara o conflito entre a Marinha e a Fazenda Real, no qual os inimigos do Secretário pretendiam limitar-lhe a ação saneadora, dificultando os recursos para os fundos navais. Propusera o Secretário que as Repartições da Fazenda e da Marinha fossem ouvidas no princípio de cada

ano para fixação da despesa anual naval; feito isto, caberia à Repartição da Marinha elaborar o Orçamento de Aplicação ou dos Investimentos, que depois de aprovado seria encaminhado para execução, através de decreto, à Junta da Fazenda da Marinha. Ao final do ano, seria feita a Conta Geral da Despesa da Marinha, e encaminhada à Repartição da Fazenda, para ver se foram cumpridas as Reais Ordens, com as formalidades devidas, *apenas no aspecto fazendário*. Deveria também ser fixada a época dos repasses das somas à Marinha, evitando-se atrasos e prejuízos nefastos à Repartição e os conflitos de jurisdição entre o órgão administrativo e o Secretário de Estado.

Entre as obras suspensas, estavam a do Hospital Real da Marinha e futura instalação do Laboratório Químico e "Dispensatório" Farmacêutico; publicação de vários livros mandados traduzir ou publicar; suspensão da Nitreira; da Fábrica de Tijolos e Cadilhos (cadinhos?), de Cesimbra, para a construção do Forno de Revérbero do Arsenal, e para fornecer cadinhos à Casa da Moeda e às fundições; o porto de São Martinho; administração dos Pinhais, seus cortes e sementeiras.

Argumentava o Ministro que em 1794 e 1795, "... nessas épocas quase cessaram de vender as Alfândegas e o Reino chegou ao mais miserável estado de penúria." Com o reforço de Repartição, as Balanças Comerciais de 1796, 1797 e 1798 revelaram-se positivas, sendo necessária a manutenção da Marinha, do sistema de cruzeiros e comboios.

Eram obrigações da Repartição manter o cruzeiro do estreito, contra os piratas barbarescos; os comboios para o Mediterrâneo, para assegurar o consumo dos gêneros coloniais; cruzeiro e comboios nas costas do Algarve e Minho, protegendo as aproximações dos portos e as aterragens; os comboios dos Açores, Madeira e Cabo Verde; proteção da costa de Angola, assolada pelos corsários franceses, para onde fora enviada a Fragua *Tritão*; os comboios do Brasil e a defesa do seu litoral, devendo haver uma esquadra estacionada no Rio de Janeiro e outras forças no Pará, estas últimas só existindo pelo esforço do Governador dessa Capitania. Além disso, deveria haver a



Outro retrato de Sidney Smith, como Capitão-de-Mar-e-Guerra, gravado por Ridley em 1800. In: CLOWES, William Laird et alii. *The Royal Navy. A History from the earliest times to the present*.

Sampson Low, Marston and Company. London. 1899. v. 4. p. 403.

Frota Metropolitana, baseada em Lisboa, para a defesa do Reino e eventual reforço do Ultramar. Eram mantidos também, pela Secretaria da Marinha, o Hospital Novo de Santa Clara, a Tipografia de Frei José Mariano da Conceição Veloso e a Nitreira,<sup>38</sup> existindo em operações no Mediterrâneo um esquadrão português, cooperando com Néelson.

## OPERAÇÕES NAVAIS NO MEDITERRÂNEO

(1798 — 1800)

### O Bloqueio de Malta

Em maio de 1798, Néelson recebeu ordens de seu chefe, Jervis, para penetrar no Mediterrâneo, procurando bloquear e reconhecer a força expedicionária em preparação por Bonaparte, no Porto de Toulon.<sup>39</sup>

A 5 de maio, partia de Lisboa uma esquadra portuguesa, composta das Naus

*Rainha, Príncipe Real, São Sebastião, Afonso de Albuquerque, Corveta Benjamim e Brigue Falcão* para os Açores, daí para Lagos e depois para Nápoles, onde surgiu a 16 de julho de 1798. A 31, chegou a notícia de que os franceses teriam saído de Toulon para o Egito, sendo esperados no Arquipélago pelos ingleses. Os portugueses seguiram até Rodas e regressaram em direção a Malta.

A frota francesa, entretanto, foi quase completamente destruída em Abuquir, por Néelson, a 1º de agosto. O Bergantim inglês *Mutine*, portador da notícia para a Inglaterra, encontrou os lusos ao largo de Creta, referindo-lhes os acontecimentos, e a presença do Almirante em Alexandria.<sup>40</sup>

Além da esquadra espanhola, bloqueada em Cádiz por Jervis, restavam apenas aos franceses e seus aliados, no Mediterrâneo, dois navios de linha (o *Guillaume Tell* e o *Généreux* e duas fragatas, escapos da batalha e que seguiram para Malta; alguns navios espanhóis em Cartagena e embarcações menores de Veneza no Adriático. Tendo já assegurado o comando do mar, a força de Jervis dividiu-se em dois esquadrões: o de Jervis, bloqueando Cádiz; e o do Comodoro Duckworth, apoiando a invasão de Minorca, uma das Ilhas Baleares, e a conquista de seu excelente Porto de Mahon.

A força de Néelson também se dividia em dois: o de Néelson — com alguns navios, para Nápoles, afora outros recolhidos à Inglaterra, para reparos; o do Levante — comandado por Sir Sidney Smith, com a missão de vigiar e bloquear o Exército Francês do Egito.<sup>41</sup>

Quando o Esquadrão Português ali chegou, só encontrou o de Sidney Smith e logo após recebeu ordens de seguir para Nápoles com suas embarcações aliadas. Em rota, um *Esquadrão de Veneza*, foi alertado por um

cúter inglês de que "... a Divisão francesa de Malta partira para a Sicília, composta de duas naus, duas fragatas e uma corveta; os navios portugueses procuraram-na e forçaram-na a recolher-se ao Porto de Valetta, em Malta, sendo estabelecido a 30 de agosto o bloqueio da ilha, juntamente com outros navios, participando de diversas ações militares até novembro, quando foram substituídos por embarcações britânicas, seguindo para Nápoles." <sup>42</sup>



Outro retrato de Sidney Smith, como Capitão-de-Mar-e-Guerra, gravado por Ridley em 1800. In: CLOWES, William Laird et alii. *The Royal Navy. A History from the earliest times to the present*.

Sampson Low, Marston and Company. London. 1899. v. 4. p. 403.

Frota Metropolitana, baseada em Lisboa, para a defesa do Reino e eventual reforço do Ultramar. Eram mantidos também, pela Secretaria da Marinha, o Hospital Novo de Santa Clara, a Tipografia de Frei José Mariano da Conceição Veloso e a Nitreira,<sup>38</sup> existindo em operações no Mediterrâneo um esquadrão português, co-operando com Néelson.

## OPERAÇÕES NAVAIS NO MEDITERRÂNEO

(1798 — 1800)

### *O Bloqueio de Malta*

Em maio de 1798, Néelson recebeu ordens de seu chefe, Jervis, para penetrar no Mediterrâneo, procurando bloquear e reconhecer a força expedicionária em preparação por Bonaparte, no Porto de Toulon.<sup>39</sup>

A 5 de maio, partia de Lisboa uma esquadra portuguesa, composta das Naus

*Rainha, Príncipe Real, São Sebastião, Afonso de Albuquerque, Corveta Benjamim e Brigue Falcão* para os Açores, daí para Lagos e depois para Nápoles, onde surgiu a 16 de julho de 1798. A 31, chegou a notícia de que os franceses teriam saído de Toulon para o Egito, sendo esperados no Arquipélago pelos ingleses. Os portugueses seguiram até Rodas e regressaram em direção a Malta.

A frota francesa, entretanto, foi quase completamente destruída em Abuquir, por Néelson, a 1º de agosto. O Bergantim inglês *Mutine*, portador da notícia para a Inglaterra, encontrou os lusos ao largo de Creta, referindo-lhes os acontecimentos, e a presença do Almirante em Alexandria.<sup>40</sup>

Além da esquadra espanhola, bloqueada em Cádiz por Jervis, restavam apenas aos franceses e seus aliados, no Mediterrâneo, dois navios de linha (o *Guillaume Tell* e o *Généreux* e duas fragatas, escapos da batalha e que seguiram para Malta; alguns navios espanhóis em Cartagena e embarcações menores de Veneza no Adriático. Tendo já assegurado o comando do mar, a força de Jervis dividiu-se em dois esquadrões: o de Jervis, bloqueando Cádiz; e o do Comodoro Duckworth, apoiando a invasão de Minorca, uma das Ilhas Baleares, e a conquista de seu excelente Porto de Mahon.

A força de Néelson também se dividia em dois: o de Néelson — com alguns navios, para Nápoles, afora outros recolhidos à Inglaterra, para reparos; o do Levante — comandado por Sir Sidney Smith, com a missão de vigiar e bloquear o Exército Francês do Egito.<sup>41</sup>

Quando o Esquadrão Português ali chegou, só encontrou o de Sidney Smith e logo após recebeu ordens de seguir para Nápoles com outras embarcações aliadas. Em rota, no Estreito de Messina, foi alertado por um cúter inglês de que "... a Divisão francesa de Malta partira para a Sicília, composta de duas naus, duas fragatas e uma corveta; os navios portugueses procuraram-na e forçaram-na a recolher-se ao Porto de Valetta, em Malta, sendo estabelecido a 30 de agosto o bloqueio da ilha, juntamente com outros navios, participando de diversas ações militares até novembro, quando foram substituídos por embarcações britânicas, seguindo para Nápoles."<sup>42</sup>

### *Na Baía de Nápoles*

Em Nápoles, o Almirante Nélson envolveu-se nas intrigas da Corte local, estimulando fosse lançada uma campanha contra os franceses, então em Roma.<sup>43</sup>

A Esquadra Portuguesa, enquanto isso, fazia com dificuldades seu provisionamento e manutenção, reparando-se a Nau *Rainha*, ainda mais que "... o Governo tinha lançado mão de todos os objetos preciosos, recolhendo a moeda circulante e emitindo assinados que ninguém queria receber." Os fornecimentos foram obtidos através do Banqueiro Leonardo Cottolini, sob a palavra do Marquês de Niza.<sup>44</sup>

Iniciado em novembro de 1798, o ataque napolitano aos franceses de Roma correu mal.<sup>45</sup> O General Championnet invadiu em represália o Reino Bourbon e a Corte embarcou a 2 de janeiro de 1799 nos navios de Nélson, "... apoderando-se os ingleses do magnífico Arsenal e recolhendo a seu bordo quantos sobressalentes encontraram, não deixando o necessário para a esquadra Napolitana", da qual apenas as Naus *Samnite* e *Archimedes*, de 74 peças, acompanharam o Rei. Coube à força portuguesa salvar ou destruir os outros navios, sendo queimados o *Guiscardo*, de 80 peças; o *Tancredi* e o *Partenope*, de 74, indo a pique o *São Joaquim*, de 64 peças e duas fragatas. Com grande dificuldade, salvaram os lusos a Fragata *Sibila*, a Corveta *Pallas* e quatro outras embarcações de porte; em meio a uma revolta geral, os portugueses zarparam a 10 de janeiro, com diversos destinos.<sup>46</sup>

### *O Almirante Bruix*

Em abril de 1799, a Esquadra Francesa de Brest, comandada pelo Almirante Bruix e composta de 24 navios de linha, furou o bloqueio inglês, e dirigiu-se para Cádiz, onde frente à reação de outra força naval comandada pelo Almirante Keith, penetrou no Estreito de Gibraltar. Imediatamente os britânicos eram forçados à defensiva, em Minorca, Nápoles e Sicília, e ainda com as necessidades do bloqueio de Malta e do Egito. O Almirante Jervis abandonou Cádiz, deslocando-se para Minorca e aí se reunindo à força de Duckworth; a outra concentração britânica era comandada por Nélson, ao largo da Sicília, com os elementos navais portugueses.

O inimigo franco-espanhol apresentava-se em três grupos:

a) A esquadra de Bruix, de 24 navios de linha, perseguida por Keith;

b) forças espanholas em Majorca e na Catalunha, que se dizia estarem preparando a invasão de Minorca, vigiadas por Jervis; e

c) a frota espanhola de Cádiz, com 17 navios, que zarpu, livre do bloqueio, para Cartagena.

Após levar abastecimentos a Gênova, Bruix teve ordem de voltar ao Atântico, o que fez, recolhendo os navios espanhóis em Cartagena, e perseguido por Keith. Nélson permanecia na Sicília, enquanto os Bourbons reconquistavam Nápoles, facilitados pelo avanço russo-austriaco na Lombardia.<sup>47</sup>

### *A Paz com Trípoli e Túnis*

Quando os navios luso-ingleses estavam em Palermo, o Comandante português Marquês de Niza aproveitou a presença do Cônsul britânico de Trípoli, que viera buscar instruções de Nélson, para "... obter uma paz vantajosa, podendo o mesmo cônsul servir de mediano." Para esta missão, foi designada em abril de 1799 a Nau *Afonso de Albuquerque*.

Após negociações infrutíferas o Comandante da nau, Donald Campbell, passou a bloquear o porto, fez presas e bombardeios, conseguindo arrancar do Paxá Yussef um armistício e um Tratado de Paz, a 14 de maio, ratificados a 19 de agosto de 1799.<sup>48</sup> Outro tratado foi celebrado com o Bey de Túnis, através do Almirante Rodrigo Pinto Guedes, a 29 de junho, e ratificado a 29 de setembro desse ano.<sup>49</sup>

A colaboração dos portugueses durou até dezembro de 1799, quando Nélson declarou ao Marquês de Niza que "... lhe bastavam as forças inglesas." Os navios lusos dirigiram-se a Palermo, recebendo provisionamento e manutenção, através de navios comboiados pela Nau *Vasco da Gama* e Corveta *Boaventura*, regressando a Lisboa em abril de 1800, após 27 meses de campanha. Uma Carta Régia de 6 de junho de 1800, dirigida ao Marquês de Niza, louvava os trabalhos da esquadra, em especial "... as pazes com as regências de Trípoli e Túnis."<sup>50</sup>

## A GUERRA LUSO-ESPANHOLA

*Os Tratados de 6 de junho e 29 de setembro de 1801.*

Existindo ainda o estado de hostilidades entre França e Portugal, Napoleão pressionou o Ministério Espanhol, oferecendo inclusive recursos para atacar os lusos; em 3 de março de 1801, chegava ao Governo Português a notícia de que Madri lhe declarara guerra dois dias antes.<sup>51</sup> Após rápida campanha, os Tratados de Badajós, de 6 de junho de 1801, entre Espanha, França e Portugal, consagraram as derrotas desse último. Segundo esses diplomas, seria mantida a paz e amizade entre Portugal e Espanha; os portos de todos os domínios portugueses seriam fechados aos navios ingleses; a Espanha devolvia várias praças de guerra conquistadas, embora mantivesse a posse sobre Olivença; os danos causados aos súditos espanhóis por navios portugueses ou ingleses, seriam pagos pelos lusos; quanto à França, recebia o território entre os Rios Araguari e Oiapoque, com fundos até o Rio Branco, além de enorme indenização de guerra.<sup>52</sup>

Outro Tratado, de 29 de setembro de 1801, aumentou a indenização à França, transferindo a fronteira da Guiana do Rio Araguari para o Carapanatuba. Era também reforçada a proibição dos navios ingleses freqüentarem Portugal e os domínios.<sup>53</sup>

No Brasil, entretanto, em rápida campanha, as missões jesuíticas foram incorporadas à Coroa Portuguesa, e a ação enérgica de Ricardo Franco assegurou em Mato Grosso a integridade de nosso território.

*A Paz de Amiens*

Em 19 de outubro de 1801, a Paz de Amiens, entre Inglaterra e França, estabeleceu o direito português à perfeita integridade dos seus domínios e possessões. Havia, entretanto, um artigo secreto estabelecendo que os dispositivos do Tratado “não levantariam obstáculos aos arranjos celebrados entre as Cortes de Madri e Lisboa para a retificação de suas fronteiras na Península, nem aos celebrados entre os Governos da França e Portugal para a delimitação das fronteiras nas Guianas, desde que esta delimitação não excedesse a fixada pelo tratado assinado em Badajós a 6 de junho.”<sup>54</sup>

*Demissão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho*

A 6 de janeiro de 1801, D. Rodrigo fora nomeado Ministro dos Negócios da Fazenda e Presidente do Real Erário.<sup>55</sup> Acumulou a pasta com a da Marinha, até 14 de junho de 1801, durante a guerra com a Espanha, após a qual transmitiu a gestão dos assuntos navais ao Visconde de Anadia.

A carta-relatório de D. Rodrigo a seu sucessor é bem esclarecedora, permitindo-nos uma visão dos problemas da Marinha Lusa. Apresentado o organograma de sua Secretaria, elogiava o Inspetor da Cordoaria, “... superior pelo merecimento a toda a expressão...”; O Intendente da Marinha, que “... tem não só grande merecimento, mas se lhe deve a maior parte do que se fez para a organização da contabilidade da Marinha...”; o pessoal da Repartição de Fazenda; o Inspetor do Arsenal e seus ajudantes, José de Santa Rita e Manuel de Sousa. A Escola de Construção era dirigida por João de Sousa Pather, tendo como subordinados Antônio Joaquim e Julião Pereira.

Considerando a importância do comércio marítimo e da manutenção dos laços com os domínios do ultramar, ainda mais à vista das campanhas coloniais da Inglaterra contra a França e outros países, foi estabelecido como atividade básica o sistema de comboios, restando para os cruzeiros apenas as embarcações que eventualmente fossem liberadas das necessidades e atividades das escoltas.

A decisão foi demonstrada correta pelos acontecimentos pois diminuíra bastante o número das praças, enquanto o sistema de comunicações, através dos serviços marítimos, passava também à Secretaria da Marinha.

As principais forças operativas eram as Esquadras de Lisboa, comandada por Antônio Januário do Vale e a do Brasil, ou da América, por Donald Campbell.

Foram também criadas a Brigada Real da Marinha; a Real Sociedade Hidrográfica; as Nitreiras; desenvolvidos os Pinhais Reais; iniciada a construção do Hospital da Marinha e mantida a Tipografia do Arco do Cego, não só para a impressão, mas para a produção de tipos e caracteres para o uso do Reino.<sup>56</sup>

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO